

Economistas falham sobre os riscos de um rompimento

O Brasil segue por um caminho que o afasta cada vez mais dos modelos de desenvolvimento econômico ocidentais, com o agravante de que não sabe claramente como nem aonde quer chegar. A opinião é de um dirigente do segundo maior conglomerado financeiro privado do País, que antes participou da elaboração do plano econômico do ex-presidente Tancredo Neves e dirigiu, por um mês, a área externa do Banco Central. No seu entender, a discussão sobre a dívida resume-se a dois aspectos: saber se o Brasil vai ou não gerar superávits comerciais que lhe permitam pagar os juros ou se opta pelo não pagamento, que na prática já se concretizou, embora ninguém fale, formalmente, em moratória.

Pelos compromissos que o atual governo assumiu nos planos político e social, seria impossível na atual conjuntura adotar políticas econômicas, que, segundo o dirigente, possibilitassem gerar divisas para pagar a dívida externa. Se esta opção fosse possível, o caminho seria a limitação da atividade econômica, restrição ao consumo e outras medidas com as quais também concorda o professor Carlos Alberto Longo, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP): redução do déficit público, fim dos subsídios, liberação dos preços, novo orçamento fiscal e desvinculação do Banco Central do Ministério da Fazenda.

Mas há outros enfoques para o problema, segundo afirma um estudioso da dívida externa, o jornalista e escritor Paulo Schilling, há três anos pesquisando a situação da América Latina, em especial o Brasil, para um livro que será publicado em março. Mesmo que os credores aceitassem a proposta do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, segundo Schilling, de comprometer com os juros externos só 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) — o que equivaleria um montante de Cz\$ 600 milhões mensais — a economia e a sociedade brasileira não suportariam.

A questão principal, segundo o ex-diretor da área externa do Banco Central, é avaliar e ter bem presentes os riscos de um rompimento com os credores. Em sua opinião, tanto quanto na do professor Longo, os riscos de um endurecimento, no momento, não seriam tão grandes, porque na prática a moratória já existe. Todos concordam, inclusive, que os banqueiros estrangeiros têm interesse a preservar no Brasil. Para exemplificar, Schilling citou um dado sobre o City Bank: em 1983, 24% do lucro global da instituição foram obtidos no Brasil, onde 8% do capital mundial estão aplicados.

Do ponto de vista da economia interna, os riscos de um endurecimento, no qual Schilling não acredita — “porque falta coragem ao governo” — seriam mais graves, segundo Longo: recesso, desemprego e hiperinflação. O ex-colaborador de Tancredo Neves, que se diz um admirador da política econômica adotada no plano interno pelo ex-ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, vai mais longe: “A década de 80 ficará na história brasileira como um marco de atraso. 1986 foi apenas uma febre e não desenvolvimento econômico”.

Ao fechar as portas ao capital estrangeiro, como vem acontecendo, segundo afirma o dirigente, o Brasil também deixa de optar pela modernização. “A vinculação aos modelos de desenvolvimentos ocidentais é essencial para que o País se desenvolva com um ritmo semelhante ao da década de 70. Não acredito que o Brasil possa crescer isoladamente e levando junto todos os segmentos econômico-sociais. Se esta for a opção, caminharemos num ritmo mais lento. Primeiro é preciso crescer para depois dividir o bolo; caso contrário, vamos virar cai-piras.”